



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 73

QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	4445
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	4459
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	4467
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	4483
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	4505
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	4506
EDITAIS E AVISOS.....	4506

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

#### ÍNDICE DE ADVOGADOS

MARIA DAS GRACAS CORGOZINHO SOUZA 1 0004521-4/240  
NEVIO CAMPOS SALGADO 1 0021309-4/160  
ROBERTO ATILA AMAPAL VIEIRA 1 0000485-9/600

#### DISTRIBUIÇÃO

TRIGESIMA QUARTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO ALDIR PASSARINHO (ART. 66 RISTF).

ÀS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTESS FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

CR 0005787-1/080 DF  
JUST. RG.: TRIBUNAL DE COMARCA DE BREMEN  
REQDO.: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO (LLOYDBRAS)  
DILIG.: INTIMAÇÃO  
REGISTRADO

CR 0005784-9/080 DF  
JUST. RG.: JUIZ DE PRIMEIRA INSTÂNCIA N. 34 DE MADRID  
REQDO.: PILAR ISABEL RENET DUMINGO  
DILIG.: TOMADA DE DEPOIMENTO  
REGISTRADO

CR 0005787-3/080 DF  
JUST. RG.: TRIBUNAL DE 1ª INSTÂNCIA DE BREMEN  
REQDO.: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO (LLOYDBRAS)  
DILIG.: INTIMAÇÃO  
REGISTRADO

HC 0068638-9/130 DF  
RELATOR: MIN. CARLOS VELLOSO  
IMPTE: CILCO LUIZ RUFINO DA SILVA  
COATOR: TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CUATOR: JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO PAULO  
COATOR: JUIZ CORREGEDOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO PAULO  
PACTE: CILCO LUIZ RUFINO DA SILVA

MS 0021309-4/160 DF  
RELATOR: MIN. PAULO BROSSARD  
IMPTE: NEVIO CAMPOS SALGADO E OUTRO  
ADV.: NEVIO CAMPOS SALGADO  
IMPDO: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SF 0004521-4/240 DF  
REOTE: AUGUSTA MARIANA NIEDERKOFER  
ADV.: MARIA DAS GRACAS CORGOZINHO SOUZA  
REQDO: ALDIS NIEDERKOFER  
REGISTRADO

PPEXTR 0000095-2/420 DF  
RELATOR: MIN. MARCO AURELIO  
REOTE: GOVERNO DE PORTUGAL  
REQDO: PEDRO INFANTE HENRIQUES DE OLIVEIRA

ADIN 0000485-9/600 DF  
RELATOR: MIN. SYDNEY SANCHES  
REOTE: PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO-PSB  
ADV.: ROBERTO ATILA AMAPAL VIEIRA E OUTRO  
REQDO: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	4			4
MIN. SYDNEY SANCHES		1		1
MIN. PAULO BROSSARD		1		1
MIN. CARLOS VELLOSO		1		1
MIN. MARCO AURELIO		1		1
TOTAL	4	4		8

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO ..... SONIA MARIA DE CARVALHO BARROS, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA. ....

Brasília, 15 de abril de 1991

MINISTRO ALDIR PASSARINHO  
Presidente

### Plenário

ATA DA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1991

Presidência do Senhor Ministro Aldir Passarinho. Presen-  
tes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira,  
Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Célio Borja, Paulo Brossard, Se-  
púlveda Pertence, Celso de Mello e Carlos Velloso.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Marco Aurélio.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Al-  
varenga.

Secretário, Alberto Veronese Aguiar.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo  
lida e aprovada a ata da sessão anterior.

### Julgamentos

Rcl 354-0 - DF  
Rcl.: Min. Celso de Mello. Reclte.: Prefeitura Municipal  
de Porto Alegre (Adv.: Eulália Maria de Carvalho Guimarães e ou-  
tro). Recldo.: Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do  
Rio Grande do Sul.



Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi a diado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 12.4.91.

ADIn 375-5 - DF - medida cautelar

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Reqte.: Procurador-Geral da República. Reqda.: Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Decisão: O Tribunal por unanimidade indeferiu o pedido de liminar. Votou o Presidente. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Sydney Sanches. Plenário, 12.4.91.

ADIn 420-4 - DF - medida cautelar

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Reqte.: Governador do Estado do Espírito Santo (Adv.: Antonio Frago de Araújo e outros). Reg do.: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Decisão: O Tribunal por unanimidade deferiu o pedido de liminar e suspendeu a eficácia do § 6º, do art. 39, da Constituição do Estado do Espírito Santo, até o julgamento final da Ação. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Sydney Sanches. Plenário, 12.4.91.

ADIn 432-8 - DF - medida cautelar

Rel.: Min. Celso de Mello. Reqte.: Partido Democrático Trabalhista - PDT (Adv.: Paulo Matta Machado). Reqdo.: Ministro da Infra-Estrutura.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi a diado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 12.4.91.

ADIn 460-3 - DF - (EDcl)

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Embte.: Governador do Estado do Amapá (Adv.: Guaracy da Silva Freitas). Embdo.: Procurador-Geral da República.

Decisão: O Tribunal por unanimidade indeferiu o pedido nos termos do voto do Ministro Relator. Votou o Presidente. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Sydney Sanches. Plenário, 12.4.91.

ADIn 475-1 - DF

Rel.: Min. Moreira Alves. Reqte.: Procurador-Geral da República. Reqdo.: Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas.

Decisão: O Tribunal por unanimidade deferiu a medida liminar e suspendeu a eficácia do Decreto Legislativo nº 294, de 12.6.90, da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, bem assim, do art. 43, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado de Alagoas. Votou o Presidente. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Sydney Sanches. Plenário, 12.4.91.

ADIn 476-0 - DF - medida cautelar

Rel.: Min. Celso de Mello. Reqte.: Procurador-Geral da República. Reqdo.: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

Decisão: O Tribunal por unanimidade deferiu a medida liminar e suspendeu a eficácia da Lei nº 6.054, de 02 de fevereiro de 1991, do Estado da Bahia, até o julgamento final da ação. Votou o Presidente. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Sydney Sanches. Plenário, 12.4.91.



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR  
Fax: (061) 225-2046  
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I  
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES  
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

#### Diário Oficial

#### Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.686,00	Cr\$ 441,00	Cr\$ 1.653,00	Cr\$ 1.359,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
Telefone: (061) 226-2586  
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

AR 1.111-2 - MG

Rel.: Min. Néri da Silveira. Revisor: Min. Aldir Passarinho. Autor: Acrísio de Queiroz Cardoso (Adv.: Marcelo Ribeiro Cardoso e Robson Ereitas Melo). Réus: Ary Pessoa Franco e s/ mulher (Adv.: Jadyr Britto da Silva e Oswaldo Pessoa).

Decisão: O Tribunal por unanimidade julgou improcedente a ação. Plenário, 12.4.91.

MS 21.291-8 - RJ - (AgRg) (questão de ordem)

Rel.: Min. Celso de Mello. Impte.: Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro - AMARJ (Adv.: Hamilton Lima Barros). Impdo.: Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencidos os Srs. Ministros Carlos Velloso e Néri da Silveira, não conheceu do Mandado de Segurança por ilegitimidade ad causam da Impetrante, julgou prejudicado o Agravo Regimental e cassou a liminar anteriormente concedida. Plenário, 12.4.91.

HC 68.568-4 - DF

Rel.: Min. Célio Borja. Pacte.: Jean Marc Roger Navarre. Impte.: Nilton da Silva. Coator: Presidente da República.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, indeferiu o habeas corpus. Plenário, 12.4.91.

ERE 108.897-4 - SC

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Embte.: Mipescia Indústria e Comércio de Pescado S/A (Adv.: Pedro Gordilho e Maria Isabel Gallotti). Embdo.: Importadora Gonçalves Ltda. (Adv.: Herculano Carlos Claumann, Otonil Mesquita Carneiro e outros).

Decisão: O Tribunal por unanimidade não conheceu dos embargos. Impedido o Sr. Ministro Octavio Gallotti. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Sydney Sanches. Plenário, 12.4.91.

Brasília, 15 de abril de 1991

ALBERTO VERONESE AGUIAR  
Secretário

## Departamento Judiciário

### Despachos

#### PROCESSOS DIVERSOS

#### Inq. 380-8 (Queixa-Crime) - DF

Querelante: Armando Conceição (Adv.: Armando Conceição e Milton Martins de Lara) Querelados: José Paulo Sepúlveda Pertence, Gilmar Ferreira Mendes e Anadir de Mendonça Rodrigues (Adv.: Augusto Frederico Gaffree Thompson).

#### Despacho:

1. Declaro-me habilitado a relatar a presente queixa-crime e o agravo regimental contido nos autos.
2. Ao Gabinete para as providências devidas, observada a necessidade de os autos serem reincluídos em pauta.
3. Publique-se.

Brasília, 7 de abril de 1991

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

#### SE 4.502-8 - DF

Reqte.: Margrit Hoffmann ou Margrit Meissner (Adv.: Gilvan Alves Teixeira Lima). Reqdo.: Paul Gerhard Hoffmann.

#### DESPACHO: Vistos.

1. Defiro o benefício da assistência judiciária à requerente (fls. 2 e 4).
2. Cite-se por carta rogatória (fls. 2).

Brasília, 04 de março de 1991.

Ministro NÉRI DA SILVEIRA  
Presidente

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

Ag. 125.956-6-MG (Arv. 11.704-5)  
Agravante: Hotéis Othon S/A (Adv.: Félix Fraiha e outros). Agravado: Estado de Minas Gerais (Adv.: Izabel Rodrigues de Souza e outra).

#### Vistos, etc.

1. O exame do presente agravo está, já agora, limitado ao trancamento do recurso extraordinário, no que veiculada matéria de índole constitucional. É que, ensejado o



RR - 16.737/90.3 - TRT 2a. Região. Rel. Min. José Francisco da Silva. Rev. Juíza He Toisa Pinto Marques. Recte. ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A. (Dra. Fátima Imperatriz F. de A. Rojas). Recdo: José Carlos Cavalcante. (Dr. Agenor Barreto Parente).

RR - 16.967/90.2 - TRT 10a. Região. Rel. Min. Francisco Leocádio. Rev. Juíza Heloisa Pinto Marques. Recte: Vertical Construções e Montagens Industriais Ltda. (Dr. Ubirajara Wanderley Lins Júnior). Recda: Ângela Maria da Silva. (Dra. Emília Maria B. dos S. Silva).

RR - 17.294/90.1 - TRT 15a. Região. Rel. Min. José Francisco da Silva. Rev. Juíza He Toisa Pinto Marques. Recte: Lázaro Evangelista do Prado. (Dr. João Albiero). Recda: Companhia Lú e Força "Santa Cruz". (Dr. José Quartucci).

As causas constantes da presente pauta, que não forem julgadas nesta Sessão, entrarão em qualquer outra que se seguir, independentemente de nova publicação.

Brasília, 16 de abril de 1991.

JUHAN CURY AGUIAR

Diretora da Secretaria da Turma

### Quinta Turma

Proc. nº TST-AI-22.979/91.5

Agravante: COMPANHIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ.

Advogado : Dr. Mauro Thibau da Silva Almeida.

Agravada : CLEIDA APARECIDA DE ALMEIDA.

### DESPACHO

O 3º Regional, ao apreciar o recurso ordinário da Empresa concluiu que "o princípio criado pelo art. 9º da Lei 6.708/79 não foi expressamente revogado, como quer a Recorrente em sua esplêndida peça recursal, nem ficou incompatibilizado com qualquer norma posterior. Revigorado no art. 9º da Lei 7.238/84, continua a vigorar tal como determina a Lei de Introdução ao Código Civil, art. 2º, § 1º" (fls. 08-10).

Recorreu de Revista a Empresa, alegando que a indenização adicional não é mais devida porque a Lei 6.708/79 foi revogada pelos Decretos-leis nºs 2.284/86, 2.283/86, 2.335 e 2.336/87. Trouxe arestos à divergência (fls. 13-7). Todavia, seu apelo foi denegado pelo r. despacho de fl. 10.

Daí o presente Agravamento de Instrumento, onde a Empresa persegue o seguimento de sua Revista.

Com efeito, correto o r. despacho denegatório. Os arestos trazidos à divergência já estão superados por iterativa e notória jurisprudência desta Colenda Corte com a qual está em consonância a r. decisão regional. Incide à espécie o verbete nº 42 deste Colendo TST.

Nego prosseguimento ao Agravamento com base no art. 896, § 5º da CLT.

Publique-se.

Brasília, 15 de abril de 1991

MINISTRO ANTONIO AMARAL  
Relator

Processo nº TST-RR- 22099/91.8

Recorrente : IVO FERREIRA MOREL

Advogado : Dr. Sérgio Yehoshua Laks

Recorrido : FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

Advogado : Dr. Dante Rossi

### DESPACHO

O Eg. TRT da 5ª Região deu provimento ao Recurso Ordinário do reclamado para declarar a inexistência da relação de emprego entre as partes, Federação Gaúcha de Futebol e o reclamante, árbitro de futebol, por entender que inexiste vínculo subordinativo e jurídico na espécie suficiente a permitir a incidência das normas especiais trabalhistas. Aduziu, também, que a circunstância de que a atividade de árbitro para o reclamante, militar, na realidade, era assessoria tendo inclusive, permanecido afastado do Estado nos anos de 1972, 1973, 1974, não ocorrendo, portanto, a vinculação jurídica e subordinativa permanente. (fls. 249-51)

Daí a presente Revista, onde o reclamante sustenta a existência da relação empregatícia entre as partes, trazendo arestos para configurar o conflito pretoriano e apontando violação ao art. 3º da CLT. (fls. 253-95)

Entretanto, a matéria debatida nos autos é de cunho eminentemente fático, haja vista as peculiaridades da hipótese analisada pelo Regional face as provas trazidas, o que impossibilita o exame das divergências colacionadas e a ofensa alegada. Incide à espécie o verbete nº 126 da Súmula desta Corte.

Sendo assim, nego prosseguimento à Revista com suporte no Enunciado supracitado e no art. 896, § 5º da CLT.

Publique-se.

Brasília, 15 de Abril de 1991.

MINISTRO ANTONIO AMARAL  
Relator

Proc. nº TST-RR-22.590/91.8

Recorrente: BANCO SAFRA - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Advogado : Dr. Aramis A. Ribeiro.

Recorrido : LUIZ CARLOS RAMOS.

Advogado : Dr. Jorge Luiz Pereira.

### DESPACHO

Consignou o v. Acórdão regional, no tocante a prescrição do direito de ação, o seguinte:

"Referindo-se a verbas de trato sucessivo, perceptíveis dia a dia, as reivindicações nesta ação, garante-se ao reclamante o direito de postular créditos trabalhistas resultantes da relação laboral, porventura lesados a partir de 10 de maio de 1984, eis que interrompido o curso da prescrição em 10 de maio de 1989, como ajuizamento da ação, conta-se o novo prazo de cinco anos, constitucionalmente fixado (Constituição/88, artigo 7º, XXIX, a), a partir da data da lei ou inadimplimento de cada uma das parcelas ou prestações sucessivas." (fl. 240).

Insurge-se o Banco reclamado contra tal decisão via Recurso de Revista, alegando violação aos arts. 7º, XXIX, 5º, XXXVI, ambos da Constituição Federal face o desrespeito ao princípio da irretroatividade das leis e o direito adquirido. Pe de, ainda, a observância ao prazo do art. 11 consolidado, que também diz violado. Traz arestos à divergência (fls. 244-48).

Por violação, a Revista não se viabiliza haja vista a natureza iminentemente interpretativa do tema, que atrai a incidência do Enunciado 221 do TST.

Também por divergência não prospera o apelo, pois os julgados trazidos à colação (fl. 247) não enfrentam toda a fundamentação expendida pelo Tribunal a quo, inclusive porque a questão é relativa à parcelas de trato sucessivo. Pertine à espécie, no particular, o verbete nº 296 da Súmula desta Corte.

Sendo assim, nego prosseguimento à Revista com supedâneo no art. 896, § 5º, da CLT.

Publique-se.

Brasília, 15 de abril de 1991

MINISTRO ANTONIO AMARAL  
Relator

## Superior Tribunal Militar

### Secretaria do Tribunal Pleno

### SEÇÃO DE ATAS

#### PAUTA Nº 039

- APELAÇÃO Nº 46.323-2 - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Advª Dra Marilena da Silva Bittencourt.


- APELAÇÃO Nº 45.843-3 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Advªs Drs. Jorge Saraiva da Fonseca e outros.

- APELAÇÃO Nº 46.284-0 - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Adv Dr Octávio Duval Meyer e Barros.

- EMBARGOS Nº 45.954-0 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Advª Dra Adelcy Maria Rocha Simões Corrêa.

Brasília, DF, 16 de abril de 1991

SAMUEL PEREIRA  
Chefe da SEATA



Organizada pelo Ministério Público Militar da União

## REVISTA DE DIREITO MILITAR

Número 11 — 1984

191 páginas — Preço: Cr\$ 180,00

Informações: Seção de Divulgação —  
SIG — Quadra 06 — Lote 800 — CEP:  
70604 — Brasília/DF. Fones: (061) 321-  
5566 — R 305 ou 309 ou 226-2586; 226-6812



## Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 1991

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista, especialmente, o disposto no Decreto 2.386, de 18 de dezembro de 1987, resolve:

Nº 132 - Designar a Doutora LEDA MARIA SOARES JANOT, Procuradora da República de 1ª Categoria, para, a contar do dia 02 de abril de 1991, exercer funções de Subprocuradora-Geral da República, com atuação em processos da competência do Supremo Tribunal Federal, até que seja preenchida, por promoção, a vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Carlos Victor Muzzi.

Nº 133 - Designar o Doutor JOÃO HENRIQUE SERRA AZUL, Procurador da República de 1ª Categoria, para, no período de 10 de abril a 10 de junho de 1991, exercer funções de Subprocurador-Geral da República junto ao Superior Tribunal de Justiça, com atuação em processos da competência da 3ª Turma, em vaga decorrente do afastamento do Doutor João Leoni Taveira, em gozo de licença especial.

Nº 134 - Designar o Doutor RONALDO BOMFIM SANTOS, Procurador da República de 1ª Categoria, para, no período de 09 de abril a 09 de junho

de 1991, exercer funções de Subprocurador-Geral da República junto ao Superior Tribunal de Justiça, com atuação em processos da competência da 1ª e 2ª Turmas, em vaga decorrente do afastamento do Doutor Sylvio Fiorêncio, em gozo de licença especial.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

## Editais e Avisos

Superior Tribunal de Justiça

Secretaria Judiciária

Subsecretaria da Primeira Turma

EDITAL

Faço público, para o conhecimento dos interessados, que a Primeira Turma deste Tribunal, fará realizar Sessão **Extraordinária**, no dia 22 de abril de 1991, segunda-feira, a partir das 14:00 horas, local a ser realizado na sala de sessão da Primeira Turma, para julgamento dos processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

MINISTRO PEDRO ACIOLI  
Presidente da Turma

## APONTAMENTOS PARA O DIREITO INTERNACIONAL

Vols. I a IV

Preço Cr\$ 140,00 (cada)

Aquisições:  
Imprensa Nacional

Informações:

Seção de Divulgação

Fones: (061) 226-2586 e 226-6812

ou 321-5566 R.305 ou 309.

## ASSINATURA DE DIÁRIOS

DADOS DO ASSINANTE

Nome

Endereço para atendimento (rua, número completo etc.)

(complementação do endereço)

CEP

Telefone

Ramal

Bairro

Cidade

Estado

DIÁRIOS	QTD.	VR. DA ASSIN. Cr\$	+	VR. DO PORTE Cr\$	VR. TOTAL Cr\$
Diário Oficial - Seção I		1.686,00		11.814,00	
Diário Oficial - Seção II		441,00		5.808,00	
Diário de Justiça - Seção I		1.653,00		21.384,00	
Diário de Justiça - Seção II		1.359,00		11.814,00	
				TOTAL GERAL Cr\$	

Anexamos cheque nº \_\_\_\_\_, Banco \_\_\_\_\_, pagável

em Brasília, no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), nominal à IMPRENSA NACIONAL.

Obs.: no caso de Órgão Público anexar a este cupom cópia da NOTA DE EMPENHO.

### ATENÇÃO

As Assinaturas não têm efeito retroativo, valendo a partir de sua efetivação.  
Os Suplementos não integram a Assinatura, podendo ser adquiridos separadamente.  
Indispensável mencionar o CEP correto de sua cidade ou região.  
Maiores informações, fones: (061) 226-2586; 226-6812; 321-5566 R. 305, 309, 314, 317.  
IMPRENSA NACIONAL - SIG - Quadra 06 - Lote 800 - Brasília-DF - CEP: 70.604

ASSINATURA

## Complete sua coleção

- Coleção das Leis da República Federativa do Brasil 1950 a 1989
- Ementário de Jurisprudência do TFR 1979 a 1988
- Jurisprudência Trabalhista do TST 1981 a 1989

- Revista do Tribunal Federal de Recursos
- Revista Trimestral de Jurisprudência do STF

1974 a 1989  
1957 a 1989